

SUBSÍDIO PARA AS CONSTITUIÇÕES DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS

A.D. 2020



O EVANGELHO E AS CONSTITUIÇÕES DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS

Fr. Roberto Martinez OFMCap

1. INTRODUÇÃO

Como testemunham os primeiros biógrafos de São Francisco de Assis, a Palavra de Deus esteve sempre muito presente na vida do nosso Seráfico Pai. Quando, em busca da vontade do Altíssimo, acudiu à igreja de São Nicolás acompanhado de seu amigo Bernardo de Quintavalle, o pobrezinho de Assis se deparou com três textos que falavam sobre as exigências de seguir a Jesus, pobre, humilde e crucificado (Mt 19, 21; Lc 9,3; Mt 16, 24; Const. 2,1). A partir de então Francisco decidiu que sua vida seria segundo a forma do santo Evangelho.

Por mais que seja complexa a contagem, se estima que existem aproximadamente 196 citações bíblicas nos escritos de São Francisco: 32 do Antigo Testamento e 164 do Novo Testamento (115 dos evangelhos). Ademais, segundo o juízo dos críticos editoriais, na margem das páginas de algumas das edições das Constituições, nela há aproximadamente 325 alusões à Sagrada Escritura- incluindo uma citação direta dos evangelhos (Mt 25,25 [Const. 104, 1]). Foi, portanto, um grande acerto São Francisco ser conhecido como “homem evangélico”, que as Constituições Capuchinhas comecem da seguinte maneira: “O Santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo é sempre principio da vida inteira da Igreja e mensagem de salvação para todo o mundo” (Const. 1,1; ver também 53, 2)¹.

¹ De agora em diante, toda numeração entre parêntesis que não está vinculada a algum dos Evangelhos se refere às Constituições dos Frades Menores Capuchinhos.

Como seguidores de São Francisco, a vida dos Capuchinhos se distingue por um contínuo esforço em cooperar com a graça divina para identificar-se cada dia mais com Jesus Cristo. Nossas Constituições transbordam de valores evangélicos que em cada página tentam animar-nos a seguir as pegadas de Jesus através da maneira do nosso fundador. O presente comentário às Constituições é uma tentativa de ajudar-nos a aprofundar na riqueza evangélica contida nelas e é também um esforço por ressaltar aqueles valores do Reino de Deus que com maior interesse quiseram destacar os autores nas mesmas. Seguindo as recomendações do Ministro Geral e seu Conselho, os comentários deste trabalho, sem deixar de ter como fundamento um valor científico, estão especialmente destinados a todos os frades com o propósito de animá-los em sua formação contínua e podem ser utilizadas tanto para uma leitura individual como comunitária.

O conteúdo evangélico de nossas Constituições é amplo e, por onde, tentar tratar de forma exaustiva todos os temas bíblicos que aparecem nas suas páginas vai além de nossas possibilidades. As limitações do espaço nos obrigam a selecionar aqueles temas que, de uma maneira explícita ou implícita, surgem de forma transversal nas novas Constituições e nos parecem mais relevantes. Cada apartado terá início mediante uma exposição dos aspectos mais importantes de alguns destes temas segundo aparecem, principalmente, no Novo Testamento (NT), para logo apresentar como cada um deles se encontra nas Constituições.

II. O REINO DE DEUS

Como Frades Menores Capuchinhos, devemos viver segundo o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo (1, 2-5), sendo assim, temos que identificar e abraçar a cada dia com maior fervor e entusiasmo os valores do Reino de Deus. O conteúdo principal da pregação de Jesus se resume na frase: “O Reino de Deus está próximo” (Mc 1, 15), o que se identifica no que lhe concerne com o “Evangelho de Deus” (Mc 1, 14) ou o “Evangelho do Reino” (Mt 4, 23; 9, 35; 24, 14). Enquanto este conceito constitui o núcleo da pregação de Jesus, aprofundar nele deve ser uma das exigências fundamentais para comprometer-nos a viver cada dia mais estreitamente o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

As Constituições, igual que o Evangelho, supõem o conteúdo do Reino, porém nunca o define. É conhecida a dificuldade que existe na hora de definir o Reino de Deus, o qual em grande parte deve-se a que esse Reino proclamado por Jesus constitua um “símbolo de tensão” (*tensive symbol*) que não evoca um único significado, senão toda uma gama de interpretações. Para tratar de entender o que poderia designar, é preciso aproximar-se a este Reino através da multiplicidade de parábolas e referências que se fazem nos evangelhos. O termo precedente de este conceito se encontra no Antigo Testamento (AT), onde se reflete a ideia da “realeza do Senhor” e Deus é apresentado como um soberano (1 S 8,7; 12,12; Sal 47, 3.8) que reina (Ex 15, 18; Sal 93, 1; 97,1) e exerce autoridade (Ab 21; Sal 145, 11-13). No Novo Testamento, Jesus começa seu ministério proclamando o Reino (Mc 1,15) como uma semente que cresce (Mc 4, 30-32) e que, portanto, alberga tanto uma fase presente (Lc 16, 16; 17, 21) e uma futura (Lc 13, 28-29; 22, 29-30). Ainda que a manifestação do Reino está próxima, sua aparição não é fisicamente palpável (Lc 17, 20-21) e o momento preciso de sua chegada é desconhecido (Mc 13, 32), pelo qual devemos estar atentos aos sinais dos tempos (Mc 13, 29-31). Para o Reino que Jesus anuncia, os indigentes estão melhor preparados (Lc

6, 20) que os ricos, devido a que as riquezas mundanas são muitas vezes um obstáculo para alcançá-lo (Mc 10, 23-25; Lc 16, 9- 15). Da mesma maneira, as crianças e as pessoas simples são mais aptas que outros para entender seus mistérios (Mc 10, 13-16; Lc 10, 21).

Por mais que a Boa- Nova do Reino se anuncia a todo o mundo, seus mistérios se revelam de maneira mais íntima a quem os seguem (Mc 4, 11. 33-34) e participam de sua proclamação (Lc 9, 1-6; 10, 1-11). As exigências do Reino são grandes e alguns devem estar dispostos a deixar tudo para anunciá-lo (Lc 9, 57- 62). A totalidade da atividade de Jesus- suas palavras e suas obras- se centram na proclamação deste “Evangelho do Reino” (Mt 4, 23; 9, 35; 24, 14): a Boa- Notícia que o ministério de Jesus inaugura e da qual participarão os que se arrependem e creem. Resumindo, com suas palavras e obras Jesus anunciou a eminente chegada de um estado em que se estabeleceria a soberania e o mandato de Deus sobre um novo povo, cujas relações e valores estariam caracterizados pelo amor mútuo.

As Constituições mencionam em 30 ocasiões o “Reino de Deus” (também “Reino dos céus” ou simplesmente “Reino”) e contém 124 referências ao “Evangelho” mediante uma variedade de substantivos, adjetivos ou formas verbais. Estas se referem ao “Reino” como uma realidade que, assim como Cristo o fez, temos que anunciar (39, 1; 78,2; 96, 1; 150, 1; 175, 4), dar testemunho dele (4,1; 16, 4; 165, 4) e orar (51, 1) para que se consiga sua instauração (10, 1; 78, 6). A vida fraterna é fruto do advento do Reino (13, 4) e é também a razão pela qual professamos os votos e nos esforçamos por identificar-nos com Cristo (22, 1-4; 169, 1.6; 173, 7). Este Reino se revela aos simples (24, 3) e nosso estado de vida, assim como também nossa mútua estima, o proclama (33,2; 168,3) e o manifesta como uma realidade já operante (106,3)- por mais que ainda caminhemos rumo a sua plenitude (107, 1).

Aceitar o Reino necessariamente aponta para uma mudança radical de vida para conformar-se a Cristo mediante a penitência (109, 1) e por ele às vezes é preciso assumir sofrimentos, padecimentos e perseguições (110, 5). Nossa vida está ao serviço do Reino (145, 3) e, como signo da sua chegada, estamos chamados a partilhá-lo com pessoas de toda a condição, sobretudo com os pobres e atribulados (153, 2). Para realizar a missão de proclamar o Reino, devemos colaborar com os outros, particularmente com os irmãos da Ordem Franciscana Secular (155, 2). Nossa vocação porta consigo um esforço por tratar de conduzir a todos a formar parte do Reino (173, 3), pois sua promoção favorece a unidade da família humana na caridade perfeita na qual estamos chamados (109, 8). Viver segundo o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo é, pois, abraçar os valores do Reino com a ajuda do Espírito Santo, para que, assistidos pela guia da Igreja e mediante um esforço de conversão contínuo, possamos proclamá-lo com alegria e gozo segundo nosso próprio carisma de minoridade e fraternidade.

III. SEGUIDORES E DISCÍPULOS DE CRISTO

Inspiradas no Evangelho, as Constituições expressam com dois términos chaves o chamado a viver radicalmente a vida de Jesus: os discípulos e os que o “seguem”. Com estas duas expressões, os evangelhos descrevem a aqueles primeiros simpatizantes de Jesus que foram chamados mediante sua iniciativa gratuita para estar com Ele (Mc 3, 13-15). Estes foram convidados a participar do seu estilo de vida e missão, que, como vimos, consistia na propagação e instauração do Reino de Deus (Mc 1, 15). Como

seguidores de Jesus, deviam identificar-se com Ele (Mc 8, 34-35) e colaborar em sua obra (Mt 10, 1- 42) - um esforço que seria acolhido por alguns, mas renegado por outros até o ponto de gerar perseguição e sofrimento. Seus discípulos não somente teriam que estar intimamente unidos a ele (Jo 15,1- 17; 17, 23), senão também uns aos outros, para formar uma nova fraternidade que fosse signo da presença do Reino (Jo 13, 34-35; At 4, 32-35). A autenticidade deste seguimento se evidenciaria pelo desejo de cumprir a vontade de Deus (Mt 7, 21-27; Jo 8, 31-32; 15, 14) e viver em atitude de serviço, excluindo todo afâm de domínio (Lc 22, 24-27).

O seguimento de Jesus implica que é necessário percorrer um determinado caminho até chegar a converter-se em verdadeiros discípulos dele. Por mais que se tenham confiado os mistérios do Reino, os discípulos nem sempre entendem o significado de seus ensinamentos e ações (Mc 4, 13; 6, 52; 7, 18-19; 8, 14-21). Por isso Jesus, com uma pedagogia paciente, corrige seus medos e faltas de fé (Mc 4, 40), suas aspirações equivocadas (Mc 9, 33-37; 10, 35-45) e suas más interpretações sobre quem é ele (Mc 8, 27-35). Jesus sabe que até que não entendam que é necessário deixar tudo para segui-lo, não poderiam chegar a ser verdadeiros discípulos.

Estas características do discipulado se veem refletidas nas Constituições, que apresentam a Francisco como um discípulo de Cristo que nos ensinou a seguir as suas pegadas (2, 1; 21, 4; 111, 2). Tal e como era de se esperar, estas características fazem do Pobrezinho de Assis nosso modelo no seguimento dos passos de Jesus (3,2). As Constituições reconhecem que o seguimento de Cristo é um caminho que se deve percorrer: “A formação à vida consagrada é um itinerário de discipulado guiado pelo Espírito Santo que conduz a assimilar progressivamente os sentimentos de Jesus, Filho do Pai, e a configurar-se com sua forma de vida obediente, pobre e casta” (23,1). Portanto, como discípulos (e profetas) de Jesus não somente estamos chamados a anunciar o Reino de Deus e seus valores (39, 1; 181, 1), senão também a seguir as pegadas de seu amado Filho para sermos transformados progressivamente à sua imagem pela força do Espírito Santo (16, 3; 44, 4). É vivendo em pobreza, obediência e castidade que damos testemunho de nossa condição de discípulos (22, 2; 60, 4-5; 61, 1-2; 77, 1). Esse seguimento nos exige também amar aos pobres tal e como Jesus nos ensinou (60, 3) e, alimentados pela Palavra e a Eucaristia, amar-nos mutuamente, sinal de que estamos no caminho de converter-nos em autênticos discípulos de Cristo (88, 8; 89, 2). É preciso recordar, entretanto, que este itinerário do discipulado não nos imuniza contra a pobreza e a debilidade humana, pelo qual é essencial viver em continua oração (45, 7; 55, 5).

Um elemento medular deste seguimento de Cristo é a vida em fraternidade que Francisco instituiu seguindo o modelo de Jesus e seus discípulos (88, 6; 146, 3). Do discipulado também se desprende a disponibilidade para enfrentar os sofrimentos pelo bem do próximo (147, 8). Assim mesmo, nosso particular carisma de minoridade tenta ressaltar um valor particular do discípulo de Jesus: não buscar os primeiros postos, senão os últimos (158, 5). Como seguidores de Cristo, estamos chamados a perseverar e a aprofundar a fé que professamos (182, 1) no meio da ação e na contemplação (15, 4). Nosso trabalho é, ademais, signo de nosso discipulado (78, 5), que também nos impulsiona a fomentar entre outros o desejo de seguir ao Senhor segundo o exemplo de São Francisco (102, 6). Já que por Jesus deixamos tudo, inclusive a família, para acolher

seu seguimento exigente (173, 6), nunca devemos esquecer que as forças para segui-lo se apoiam em última instância na sua graça (189, 1).

IV. O ESPÍRITO SANTO

Os evangelhos ressaltam como a presença dinâmica e a força do Espírito Santo enche a Jesus desde sua concepção virginal e lhe impulsionam a levar a cabo a sua missão, assim como também aos apóstolos e à Igreja. O Evangelho de Lucas, que nos seus dois volumes (Lucas- Atos) é quem melhor ressalta este elemento, destaca desde os capítulos iniciais como o Espírito Santo atua de um modo especial nas figuras vinculadas a Jesus: João estará cheio do Espírito Santo desde o seio da sua mãe (1, 15); sobre Maria virá o Espírito Santo com seu poder e a cobrirá com sua sombra (1, 35) e Isabel reconhecerá à mãe do seu Senhor ao ficar cheia do Espírito Santo (1, 41-43). Igualmente Zacarias profetiza cheio do Espírito Santo (1, 67) e o ancião Simeão é movido pela sua mediação a descobrir a presença do Salvador no Templo (2, 25- 27).

A partir destes dados iniciais, Lucas apresenta toda a vida pública de Jesus dentro do contexto da ação do Espírito: este desce sobre Jesus durante o seu batismo (3, 21-22), o leva ao deserto (4, 1), o leva a Galileia (4, 14) e o invade ao começo do seu ministério (4, 17-21). Jesus se enche de gozo no Espírito (10, 21) e por seu poder cura aos enfermos e expulsa aos demônios (11, 14-20; cf. Mt 12, 28). Por sua parte, os apóstolos continuam a obra salvadora de Jesus porque são confirmados pela força do Espírito (At 1, 8). Lucas sublinha ao longo dos Atos- que bem poderia chamar-se os “Atos do Espírito Santo”- como o dinamismo do Espírito vai capacitando à Igreja primitiva para testemunhar (2, 4; 4,8; 6, 8. 10; 9, 17), realizar prodígios (5, 12.15-16; 8, 5-7), administrar (6, 3), dirigir (8, 29; 10, 19; 13, 2; 19, 21), tomar decisões (15, 28) e fortalecer-se nas provas (20, 23)

Igualmente como nos Evangelhos, as Constituições destacam a importância do Espírito Santo em sua função de animar a vida e missão dos frades capuchinhos. Elas começam por reiterar o que as Escrituras testemunham sobre a função que desempenham o Espírito Santo como guia da Igreja (1, 2). Assim mesmo, destacam a sua importância na vida dos frades menores para progredir no seguimento de Jesus Cristo (1, 4). Sublinham, ademais, que este Espírito enriquece a Igreja com diversidade de dons para sua renovação e para a edificação e instauração do Reino de Deus (10, 1). Também sinalam que o Espírito Santo vivifica e guia aos irmãos ao longo do processo de formação (24, 1), ao mesmo tempo que enfatizam que devemos desejar sua atividade e santa operação por sobre todas as outras coisas (38, 1; 44, 4).

O Espírito santo nos dispõe à vida de oração (45, 1) e nos capacita para orar genuinamente, de maneira que outros possam ver em nós um testemunho autêntico da bondade de Deus (45, 8). O frade menor deve sempre deixar-se guiar em sua oração pelo Espírito Santo para poder crescer cada dia mais em Cristo (52, 4) e prestar, com ânimo disposto e generoso, um alegre testemunho do Evangelho (157, 4). Portanto, a obediência ao Espírito é a que nos permite servir à Igreja e dar testemunho com o exemplo e a palavra (146, 4). Resumindo, o Espírito Santo nos lança e sustenta para perseverar no caminho que começamos (168, 5).

V. A ALEGRIA

No Novo Testamento, a palavra “evangelho” significa “ a boa notícia do Reino de Deus” e compreende a pregação acerca de Jesus, quem sofreu a morte na cruz para

procurar a salvação eterna dos seres humanos. Paulo chama a sua pregação “nosso evangelho” (2 Cor 4,3; Ro 2, 16; I Tes 1, 5; II Tes 2, 14; II Tim 2, 8) e como “boa notícia”, é sempre fonte de gozo e alegria que flui da jubilosa notícia de que em Cristo Jesus é possível vencer o pecado e a morte. Ainda que outros evangelhos falem da alegria que produz o anúncio de Jesus (Mc 4, 16; Mt 2, 10; 13, 44), é Lucas, uma vez mais, quem melhor põe de releve este aspecto. Os términos “alegria”, “gozo”, “júbilo”, e “exultação” inundam a obra deste evangelista do princípio ao fim.

Assim pois, tanto o nascimento de João Batista (1, 14) como o de Jesus são motivo de “alegria” (1, 28). Esta se manifesta durante a visitação de Maria a Isabel (1, 44-47), a compartilham também os pastores quando recebem o feliz anúncio do nascimento do Salvador (2, 10-11) e os anciãos Simeão (2, 28) e Ana (2, 38) entoam louvores que refletem o gozo do Senhor. Todos eles simbolizam aos pobres do Senhor (*os anawim*), que se rejubilam diante do anúncio do Evangelho. É a “alegria” que sente o próprio Jesus, assim como também seus discípulos por participar na sua missão e na propagação de sua palavra (10, 17. 20. 21). É um “gozo” que partilha a multidão pelas maravilhas que Deus manifesta em suas vidas (13, 17). É o “júbilo” de Deus quando encontra o que se perdeu (15, 6.9.23-24), o “gozo” de Zaqueu ao encontrar-se com Jesus (19, 6) e a “alegria” desbordante dos discípulos que veem cumpridas suas promessas (19, 37). Finalmente, é o regozijo que produz o encontro com o Senhor ressuscitado (21, 41) e o saber que ele venceu para sempre a morte (24, 52).

Se, como dizia Santo Tomás Moro, “a alegria é o grande segredo do cristianismo”, São Francisco encontrou o tesouro escondido (Mt 13, 44) e o deixou como herança a seus seguidores. Assim se manifesta as Constituições ao recordar-nos que estamos chamados a seguir com alegria as pegadas de Cristo (2, 1; 147, 2) e a celebrar a Eucaristia cotidianamente com gozo fraterno (2, 2). Por isso, nossa forma austera de vida deve refletir uma penitência alegre (5, 3; 61,1; 109, 5): “ Os penitentes franciscanos devem distinguir-se sempre por uma delicada e afetuosa caridade e alegria, ao igual que os nossos santos, austeros consigo mesmos, porém cheios de bondade e condescendência com os demais” (110, 2). Neste espírito, devemos aprender a oferecer os espinhos da vida cotidiana e inclusive os sofrimentos, segundo vamos nos conformando com Cristo (110, 5). Vivendo gozosos entre os pobres, os débeis e os doentes (5, 4), queremos compartilhar com eles os seus sofrimentos, mas também suas alegrias (50, 5), ao mesmo tempo que animamos a todos a experimentar o júbilo do Amor de Deus (15, 5).

A graça de nossa vocação é uma das maiores razões para nos alegrar (16, 3) e por isso, estamos chamados a servir com alegria (16, 5). Cada frade é motivo de regozijo (28, 1) e compartilha conosco a missão de oferecer um testemunho gozoso da nossa vida (17, 2; 67, 4: 106, 2.4; 108, 1; 157, 4). Devemos celebrar com júbilo o Domingo, a Páscoa semanal, o dom da criação (52, 2) e trabalhar com ânimo alegre (78, 5; 172, 8), gastando de bom grado nossas energias (79, 2). Este regozijo no qual estamos chamados a viver se deve expressar na acolhida dos irmãos (98, 1), assim como também o testemunho de nossa castidade (171, 1; 172, 4; 173, 7). A convocatória que fazemos a todos rumo à conversão e à salvação deve também ser alegre (173, 2; 176, 1), ao tempo que nos esforçamos por perseverar em nossa vocação com um espírito de gozosa renovação (184, 3).

VI. A IGREJA

A alegre pregação do Evangelho teve desde suas origens uma dimensão comunitária (Mc 1, 16-20; 2, 13-14; 3, 7-19). O anúncio e a vivência dos valores do Reino de Deus se concretizaram em uma comunidade de seguidores de Jesus que no seu momento foi denominada a Igreja. O evangelho de Mateus é o único evangelho em que aparece a palavra *ekklesia*, duas vezes em referência à comunidade ou Igreja local (18, 17) e em uma ocasião é aplicada a todo o novo povo de Jesus (16, 18). Para Mateus (16, 16-20), a origem da Igreja se encontra em Jesus e na criação de uma comunidade que agrupa a aqueles que o aceitaram e se comprometeram a continuar sua missão para todas as gentes (Mt 28, 18-20). Jesus está sempre presente no meio de sua comunidade (Mt 1, 23; 18, 20; 28, 20) de uma maneira permanente que fundamenta cristologicamente a vida e o ser da Igreja. Seus discípulos estão em estreita relação com ele (Mt 10) e partilham a proclamação de sua mensagem, as obras, o estilo de vida e os conflitos. Seus seguidores conformam uma nova família (Mt 12, 46-50) no meio da qual devem aprender a edificar, em ocasiões de desacordos (Mt 18, 15. 21. 35), uma fraternidade na que não exista desigualdade (Mt 23, 8-10). É uma comunidade na que seus membros têm distintas responsabilidades (Mt 10, 41; 13, 52) e diferentes carismas (23, 34).

A importância da Igreja na vida dos frades menores está refletida nas Constituições e constituem um elemento essencial de sua exposição. A Ordem se considera parte integral da Igreja (Art. II) e São Francisco escreveu o Testamento para que observássemos a Regra segundo o sentir da Igreja (8, 3), para a qual nosso carisma é um dom (10, 2; 33, 5; 179, 1) e esta cuida da Ordem para que nela brilhe o rosto de Cristo (10, 3). Havendo sido aprovados pela Igreja (10, 4) estamos chamados a amá-la (10, 5), a professar uma especial devoção por ela (183, 2) e a observar sua doutrina e seu magistério (10, 6; 18, 3c; 40, 3; 156, 4; 183, 1). Dessa maneira, temos de obedecê-la através de seus representantes que são expressão da unidade espiritual e visível da Igreja mediante o desempenho da autoridade em atitude de serviço e solicitude pastoral (11, 1-2; 12, 1-2; 117, 2; 148, 5).

Na Igreja, exercemos nosso labor apostólico (15, 1) e nos esforçamos por aperfeiçoar nossa caridade (16, 1), colaborando e impulsando sua missão salvadora (16, 5; 175, 4). Nela, cultivamos nossa identidade (24, 4) e com ela permanecemos unidos através da oração/ liturgia (49, 1-2.6; 51, 1). Nossa condição de filhos da Igreja nos move a seguir suas normas e disposições (39, 4; 67, 4; 111, 7; 123, 9; 164, 2; 185, 1) e a viver atentos a seus ensinamentos em questões de doutrina social (76, 6; 78, 8). O mistério de comunhão que é a Igreja se reflete na vida fraterna (88,3), a qual constitui um testemunho essencial para o desempenho da missão apostólica (88, 4). Seus sacramentos nos renovam e nos ajudam a participar mais estreitamente na sua vida (114, 1-3). As Constituições insistem na adesão à missão evangelizadora da Igreja (146, 3), dentro do qual realizamos nosso serviço (146, 4; 148, 2; 165, 1) e apostolado com o fim de satisfazer suas necessidades (147, 6; 148, 4; 154, 1). Para obedecer e sentir com a Igreja como o fez São Francisco (158, 4; 183, 3), é necessário estudar frequentemente seus documentos e os da Ordem (161, 4). Desta maneira, colaboramos com o Espírito que nos configura com Cristo e nos faz participar do mistério da Igreja (169, 4), para cumprir com nosso chamado a evangelizar como parte de sua missão (175, 2).

Como figura da Igreja, expressamos nossa particular devoção à Santíssima Virgem Maria (52, 6), que é exemplo para nossa vocação de viver o santo Evangelho (1, 5; 21,

4). Por nosso amor à Igreja, honremos “à Virgem Maria Mãe de Deus e Virgem concebida sem pecado, filha e escrava do Pai, mãe do Filho e esposa do Espírito Santo, feita Igreja, em expressão de São Francisco, e (a qual) propaguemos sua devoção no povo” (52, 6). Nela, que soube estar ao pé da cruz (Jo 19, 25-27), encontramos um modelo sublime de perfeita consagração a Deus (170, 2) e fidelidade à Igreja (At 1, 14; Const. 181, 3).

VII. A EUCARISTIA

Para os cristãos de diversas épocas e tradições, a Eucaristia sempre teve um especial significado e importância. Tanto as narrações sobre a origem desta ceia nos evangelhos sinóticos (Mt 26, 26-29; Mc 14, 22-25; Lc 22, 19-20) como o relato de João (13, 1-30; cf. 6, 53- 58) testemunham o significativo que foi para Jesus e seus discípulos esta celebração. Estes relatos, igual que alguns discursos (Jo 6, 26- 58) e episódios (Mc 6, 30-44) interpretados à luz do acontecimento pascal, denotam que este fato ficou gravado de maneira contundente na memória dos primeiros seguidores de Jesus. Assim mesmo, algumas tradições nas cartas de Paulo (1 Cor. 10, 16- 17; 11, 23-27), prévias aos evangelhos, e os Atos dos Apóstolos (At 2, 42. 46; 20, 7. 11; 27, 35), demonstram a importância deste gesto nas frequentes celebrações da Igreja Primitiva. Ao participar deles, os cristãos tinham uma especial certeza de que atualizavam os acontecimentos da paixão do Senhor, ao mesmo tempo que se vinculavam a ele de maneira particular. Eles desfrutavam da convicção de que ao realizar aquele ato permaneciam fiéis ao expresso mandato de Jesus e à missão que lhes havia sido encomendada de anunciar o Evangelho até o seu retorno.

As Constituições, atentas ao exemplo de nosso Pai São Francisco, também refletem a importância que este sacramento tem para a vida dos frades menores. Por isso, desde seus inícios estabelecem claramente o lugar privilegiado que esta prática ocupa para nosso carisma: “inflamados no amor de Cristo, o contemplemos cotidianamente no esvaziamento da sua encarnação e da cruz para assemelhar-se mais a Ele e, ao celebrar a Eucaristia com alegria fraterna, participemos do mistério pascal, vivenciando de maneira antecipada a glória da sua ressurreição até que Ele venha” (2, 2). Nossa vida de minoridade e serviço não é senão uma extensão do Cristo servo e humilhado que com tanto amor São Francisco contemplou na Eucaristia (14, 1-2). Por isso, professamos um singular apreço a este sacramento sabendo que São Francisco quis que fosse parte essencial de toda a vida da fraternidade (47, 2). Nele devemos participar de maneira plena, consciente e ativamente convencidos de que é a fonte da vida eclesial, ao mesmo tempo que é fundamento, eixo e coração de nossa vida fraterna (48, 1; 52, 2; cf. 33, 6). Ademais, a reverência com a que procuramos custodiar o sagrado corpo e sangue de Cristo em nossas igrejas e capelas testemunha, a exemplo de São Francisco, nossa fé e devoção a Jesus presente na Eucaristia (48, 3-4).

A graça deste sacramento se estende ao longo do nosso dia mediante a oração da liturgia das horas (49,1). Na celebração da Eucaristia, ademais de orar pelos defuntos (51, 2) estamos chamados a oferecer ao Pai a fadiga e o fruto de nosso trabalho de cada dia (80, 4). Ela é nosso sustento e alimento para ajudar-nos a nos amar mutuamente e para que o mundo possa reconhecer-nos como discípulos de Cristo (88,8). La Eucaristia nos auxilia a alimentar, consolidar e desenvolver a castidade consagrada a Deus (171, 2). Dela obtemos a caridade pastoral que nos impele a entregar-nos pelo bem do próximo e a força para promover entre os fiéis uma vida cristã centrada na Eucaristia

(151, 3). Por isso as Constituições recomendam celebrar este sacramento diariamente, se possível, com regularidade (48, 2).

VIII. O AMOR MÚTUO

É algo conhecido por todos que o mandamento do amor constitui a pedra angular dos ensinamentos de Jesus. Questionado sobre qual dos mandamentos era o mais importante, Jesus responde sem hesitações que o amor a Deus e ao próximo supera todos os demais e resumir todos os ensinamentos da lei e dos profetas (Mc 12, 28- 34; Mt 22, 34- 40; Lc 10, 27). Jesus fez da prática do amor a maior justiça e perfeição da lei, sem a qual ninguém poderá entrar no Reino dos Céus (Mt 5, 20-48).

O amor que Jesus inculca nos seus seguidores não é uma ficção abstrata limitada a uma emoção, senão um modo de viver que se expressa em ações concretas (Mt 25, 31-46). Jesus amou preferencialmente aos necessitados (Mc 1, 32-34; Mt 15, 29- 31; Lc 4, 16-21; 7, 21-22; 10, 29- 37) e ensinou a seus discípulos que era essencial amar-se uns aos outros, não com um afeto exclusivo (Mt 5, 43-48), senão expansivo e inclusivo. O evangelho de João- assim como também outros escritos atribuídos a ele (por exemplo, a Primeira Carta de São João) - é o que mais claro e explicitamente transmite a tradição do amor mútuo (Jo 15, 9-17). Neste evangelho, o relato da Última Ceia começa com uma referência ao amor de Jesus por seus discípulos, que é a chave para compreender o posterior mandamento do amor mútuo: “havendo amado aos seus que estavam no mundo, os amou até o fim” (Jo 13, 1). Este amor que expressa a ternura de Deus pela humanidade e que os levou a entregar a seu único Filho para a salvação de muitos (Jo 3, 16), constitui o fundamento do amor de uns pelos outros. Jesus, como o Filho amado de Deus e o Bom Pastor (Jo 10, 1- 21) dá a sua vida pelas ovelhas, que são seus discípulos. O amor do Bom Pastor é a sua vez a base para a missão que Jesus delega a Pedro para cuidar e velar pelas suas ovelhas (Jo 21, 15- 17), ou seja, a de amar aos seus irmãos. Paralelamente, Jesus convida a seus discípulos a demonstrar sua fidelidade amando-se mutuamente: “Os dou um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros... todos conhecerão que sois meus discípulos por uma coisa: que cultivem o amor uns pelos outros” (Jn 13, 34- 35). Deste modo, o seguidor sincero de Jesus fica vinculado ao amor, pois a consequência prática de querer ser seu discípulo é o desejo de esforçar-se por cumprir seus mandamentos (Jo 14, 23).

Paralelo aos ensinamentos do Evangelho, as Constituições afirmam que o amor de Cristo contemplado na encarnação e na cruz é a base e o fundamento de nossa vida (2, 2; 157, 1)². Este amor de Deus como parte essencial e justificação do nosso carisma é reiterado enfaticamente nas Constituições (3, 1; 12, 2; 22, 2; 46, 7; 50, 2; 61, 3; 78, 1; 108, 5; 111, 3; 147, 7; 157, 1; 158, 5; 162, 1; 177, 2; 188, 3, etc.). Com efeito, Cristo em união trinitária com o Pai e o Espírito Santo é a fonte do amor e o maior estímulo para amar a todos (33, 1; 60, 1; 88, 1; 173, 3).

Como beneficiários deste amor trinitário, as Constituições nos exortam a que, tendo nos alimentados na mesa da palavra e da Eucaristia, nos amemos mutuamente para que o mundo possa reconhecer-nos como discípulos de Cristo (88, 8; 157, 3; 168, 1-3). Esse

² Nas Constituições, o substantivo “amor” aparece 66 vezes, enquanto que outras variantes lexicais “amar”, “amar-nos”, “amante”, “amemos”, “amado”, “amoroso”, “amorosamente”) ocorrem em três ocasiões. O término “caridade”, no mesmo sentido que “amor” é frequentemente utilizado indistintamente, aparece outras 56 vezes.

amor que demonstra que somos verdadeiros discípulos do Senhor deve manifestar-se ainda mais por cima de nossas diferenças e defeitos (89, 1-2). Este amor se expressa mediante a solidariedade de uns com os outros (72, 2) e a ajuda mútua (90, 4). Se manifesta também através da oração, a comunhão (*koinonia*) e o trabalho compartilhado que fazem de nossas fraternidades casas e escolas de comunhão (94, 3-4). A vida dos frades menores se justifica e é um esforço por praticar a perfeita caridade em todos os âmbitos, em especial no tratamento de uns pelos outros (16, 1; 18, 2; 33, 1.4; 92, 1; 98, 1; 99, 4; 112, 3; 159, 4; 161, 1; 166, 1). O amor nos compele também à prática da correção fraterna (113, 2; 163, 2) e a cuidar, velar e ajudar ao irmão que se encontra em perigo (116, 1). Enfim, o amor de Deus e de uns pelos outros nos anima rumo ao perdão e à reconciliação que se dá de maneira mútua (114, 4) e nos ajuda a perseverar no voto da castidade (172, 5) mediante o qual amamos a Deus com o coração indiviso para servir à Igreja (169, 1-6; 170, 1).

IX. O PERDÃO, A MISERICÓRDIA E A COMPAIXÃO

Poucas coisas durante o ministério público de Jesus foram tão características de sua missão como a misericórdia e a compaixão para com os pobres, os enfermos e os pecadores. Os evangelhos estão repletos de episódios que testemunham que Jesus, manso e humilde de coração (Mt 11, 29), se mostrava particularmente compreensivo e bondoso para com os marginalizados da sociedade. Jesus não só os perdoava os pecados (Mc 2, 1- 11; Lc 7, 36- 50; Jo 8, 2- 11), senão que também insistia a que seus seguidores praticassem o perdão (Mt 6, 14- 15; Lc 17, 3- 4) e a misericórdia (Mt 9, 13; 12, 7; Lc 6, 36; cf. Tg 15, 32). Movido pela compaixão, Jesus ensinava e alimentava ao povo (Mc 6, 34; Mt 15, 32), comia e bebia com os marginalizados e os pecadores (Mt 11, 19), e acolhia aos enfermos e aos necessitados (Mc 1, 32-34; Mt 15, 29- 31; Lc 7, 21- 22) - atitude que, ironicamente, provocou hostilidade e oposição até custar-lhe a vida (Mc 3, 6; Mt 26, 3; Lc 11, 53- 54; Jo 5, 18; 10, 31-33). De maneira resumida, se pode afirmar que Jesus aproximou de maneira decidida aqueles que estavam perdidos (Mc 2, 17), com a segurança de que haveria mais alegria no céu por um só pecador que se convertesse que por noventa e nove justos que não tinham necessidade de arrependimento (Lc 15, 7; cf. 15, 8- 31; 18, 9- 14; 19, 1- 10).

Em vários números, as Constituições fazem eco deste proceder de Jesus e de suas exortações a praticar o perdão, a misericórdia e a compaixão. Este documento começa por sublinhar como São Francisco iniciou sua vida de penitência praticando a misericórdia e a compaixão com os leprosos (3, 1; 109, 4). Seguindo o exemplo de Jesus e de São Francisco, seu fiel discípulo, também nós estamos chamados a ser verdadeiramente irmãos pobres, mansos e misericordiosos (44, 4). Essa compaixão deve manifestar-se na prática das obras de misericórdia (111, 3.6), especialmente para com os pobres e débeis (60, 6), e ser parte da vida de oração (50, 5). A compaixão e a misericórdia nos atrai a viver mais próximos dos irmãos necessitados, sobretudo os enfermos (108, 3) e a praticar o perdão recíproco (114, 4). De uma forma particular, os irmãos sacerdotes a quem a Igreja confiou administrar o sacramento da reconciliação estão chamados a exercer a misericórdia com generosidade e zelo (152, 1-2). Assim mesmo, os ministros e guardiães das fraternidades, a quem São Francisco pediu que nenhum irmão jamais se afastasse deles sem haver recebido sua misericórdia, tem a importante responsabilidade de serem signo e instrumento dessa compaixão com a qual Deus acolhe e perdoa (116, 2. 5; 163, 1).

X. OS POBRES, DÉBEIS E DOENTES

A carta aos Gálatas, uma das primeiras escritas por Pablo- possivelmente no começo da década de 50 d.C.-, recolhe um dos mais antigos testemunhos sobre a importância que o ministério entre os pobres tinha para a Igreja primitiva. Nesta Carta, Paulo faz referência ao seu encontro com Pedro, Tiago (o irmão do Senhor) e João em Jerusalém (Gl 2, 1- 10) uns cinco anos antes. Durante aquela reunião ficou gravado na memória de Paulo o pedido que fizeram as “colunas da Igreja” (Gl 2, 9), para ele, aproximadamente 15 anos depois da ressurreição de Jesus: “... que nos lembrássemos dos pobres, coisa que tenho procurado cumprir” (Ga 2, 10). A ênfase desse pedido coloca em releve que a Igreja primitiva conservou muito presente aquele estilo de vida e ensinamento de Jesus que se manifesta nos evangelhos.

Os evangelhos sinóticos sinalizam por mais de uma vez que o ministério de Jesus se desenvolveu entre os pobres, os fracos e os doentes. A afirmação programática no evangelho de Lucas da leitura do profeta Isaías ilustra de modo exemplar esta dimensão do ministério de Jesus: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar o ano da graça do Senhor” (4, 18- 19). Tal e como nos confirma os demais evangelhos, Jesus caminhava com pobres, débeis, enfermos e pecadores; compartilhava com eles, se compadecia deles e a eles preferencialmente lhes dirigia sua mensagem (Mt 5, 1- 12; 6, 25- 34; Mc 3, 7- 11). Aqueles que queria seguir- lo de maneira mais próxima, Jesus lhes pedia que adotassem uma vida austera (Mc 6, 8-9; 10, 21), evitassem a avareza (Mc 10, 25; Lc 16, 19- 23) e procurassem estar sempre em companhia dos pobres, e não dos ricos e poderosos (Lc 14, 12- 14). Dessa maneira, recordava aos seus discípulos que no Reino dos Céus só entrariam aqueles que houvessem socorrido as necessidades dos famintos, dos sedentos, dos forasteiros, dos desnudos, dos enfermos e encarcerados. (Mt 25, 34-40).

A proximidade aos pobres constitui hoje não só um dos pilares da nova evangelização, senão que também- como é de se esperar- um dos elementos medulares das Constituições Capuchinhas. Ao estilo de um credo sintetizado, o primeiro capítulo, ao falar sobre nossa forma de vida segundo o Evangelho, sinala: “Congregados em Cristo como em uma só família peculiar, cultivemos entre nós a espontaneidade fraterna, vivamos alegres entre os pobres, débeis e enfermos, ao mesmo tempo que compartilhamos sua mesma vida, e mantenhamos nossa particular proximidade ao povo” (5, 4). Daqui para frente, as Constituições nos recordará continuamente que nossa vida, semelhante à de Jesus e a de São Francisco, deve estar sempre ligada à vida dos pobres, débeis e doentes (2, 1; 60, 6; 108, 3; 146, 1; 181, 1).

Chamados a assumir a pobreza evangélica (2, 3; 5, 3; 22, 3), nosso carisma, por estar a serviço dos pobres (10, 3), conserva uma particular proximidade a eles (24, 3) e os doentes (108, 3; 149, 2; 153, 1) para compartilhar em fraternidade suas adversidades e sua condição humilde (14, 3; 46, 3). É precisamente entre os pobres que devemos, sobretudo, difundir a mensagem do Reino de Deus (16, 4), ao mesmo tempo que nos esforçamos por defender a sua dignidade (107, 3). Através do nosso trabalho, aspecto essencial da pobreza evangélica (78, 7), nos solidarizamos com eles e partilhamos o fruto do nosso esforço (79, 2; 108, 2).

A colaboração nas humildes tarefas domésticas é outra expressão de nossa pobreza e minoridade (83, 1), através da qual nos identificamos com a condição dos mais necessitados. Inclusive, nossa vida de penitencia nos aproxima aos pobres e se converte em testemunho do desejo de construir uma fraternidade evangélica (109, 3). Estes e outros elementos são desenvolvidos de maneira mais compreensiva no capítulo seis das Constituições (n. 60- 77) onde, de forma mais completa e didática, se expõe o conceito da pobreza de Cristo, o significado do nosso voto de pobreza e a necessidade da proximidade e solidariedade com os pobres.

XI. PEREGRINOS E ESTRANGEIROS

A saudação da Primeira Carta de São Pedro (1, 1) contém uma expressão que assume uma função hermenêutica muito importante para sua interpretação e para compreender um conceito evangélico fundamental entre os primeiros cristãos. Na oração inicial, o autor se dirige aos seus destinatários como “os que vivem como estrangeiros na diáspora” (1, 1; ver também 1, 17; 2, 11). Esta expressão identifica à comunidade como forasteira em uma região geográfica, porém é também uma notável metáfora que descreve àquele que crer como peregrino em um mundo no qual não se tem uma morada permanente. Esta designação não corresponde a uma visão hostil do mundo, senão à convicção de que mediante o batismo os crentes são transformados para viver o tempo que compreende a páscoa à parusia anunciando o Evangelho e animados pela alegre esperança da ressurreição de Jesus. Esta visão da Igreja reflete o ministério de Jesus, que percorreu cidades e aldeias anunciando o Evangelho entre os pobres e desamparados (Mc 1, 38-39; Mt 9, 35). Do mesmo modo, Jesus enviou os seus discípulos como peregrinos, sem bolsas, a percorrer as cidades e povoados para anunciar o Evangelho (Mt 10, 1.5- 12.23. 40-42; Lc 10, 1-9). Eles, igual que Jesus, não deveriam possuir uma morada permanente: “as raposas têm suas tocas e as aves do céu ninhos, porém o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça” (Mt 8, 20; Lc 9, 58). Seus discípulos tinham que entender que a missão requeria mobilidade e desprendimento, porém, sobretudo, confiança na providência divina (Mc 6, 7- 12). Para cumprir sua missão, eles teriam que estar preparados para ser enviados a pregarem o Evangelho a todas as nações com a certeza de que sempre estaria com eles (Mt 28, 19-20).

Este espírito missionário das primeiras comunidades é também um elemento essencial do carisma franciscano. Fiéis ao testemunho de São Francisco, as Constituições ressaltam que nossa vida em pobreza austeridade, fraternidade e minoridade deve refletir nossa condição de peregrinos e forasteiros alegres pelos caminhos do Senhor (5,3). Como parte do Povo de Deus que peregrina pelo mundo (10,1; 175, 2), nosso carisma foi dado à Igreja para fazer brilhar sobre ela o signo de Cristo (10, 3). Por isso, nos consagramos como uma fraternidade peregrina (16, 5) na missão salvadora da Igreja. Com razão, pois, nos recordam as Constituições que “como peregrinos e estrangeiros neste mundo, sirvamos ao Senhor em pobreza e humildade enquanto caminhamos rumo à terra dos viventes” (66,3). Essa condição de forasteiros em um mundo onde não temos morada permanente deve refletir-se na humildade e pobreza das casas nas quais nos hospedamos (73, 1). Isso também deve incidir na sensibilidade com a qual acolhemos àqueles que chegam a nossas fraternidades, recebendo-os como o mesmo Cristo (104, 1-2). Enfim, as Constituições nos animam a que tanto a mortificação voluntária, pela qual nos moderamos de boa vontade na comida, na bebida

e nas diversões (112, 2), como em toda outra atividade, nossa vida testifique que nos esforçamos por seguir e imitar de todo o coração a Jesus como peregrinos que se servem das coisas visíveis aspirando às que são eternas (189, 1).

XII. CONVERSÃO E RENOVAÇÃO

Nos evangelhos, tanto João Batista como Jesus começam e resumem seu anúncio a um chamado à conversão (Mc 1,4.14-15; Mt 3, 1-2; 4, 17; Lc 3, 3-6), exortação ligada à proclamação do Evangelho e à proximidade do Reino de Deus (Mc 1, 15). O significado de “converter-se” ou “arrepender-se” é “voltar” ou “dar a volta” a Deus em obediência e confiança para cumprir com a lei e com sua vontade (Nee 9, 29; Is 55, 7). Nos evangelhos, este chamado representa um câmbio interior de vida, a aquisição de uma nova mentalidade (Mt 5, 20; Rm 12, 2), no de modo momentâneo, senão como parte de um prolongado e contínuo esforço auxiliado pela graça de Deus (Mt 7, 13- 14). Para Jesus, que está em sintonia com os profetas (Am 5, 21- 24; Os 6,6; Miq 6, 6-8), o retorno ao Senhor exigia um arrependimento demonstrado através da conduta (Mt 7, 15- 27; cf. Mt 3, 8-9), mediante ações concretas que manifestasse justiça e misericórdia. Não bastava com aparentar ser piedoso e religioso (Mt 23), senão que também a conversão requeria uma autêntica transformação do coração (Mc 7, 18- 23; Mt 18, 35). O arrependimento havia que demonstrá-lo com uma forma nova de pensar, viver e atuar, renunciando a apegar-se a formas rígidas e ritualizadas de práticas religiosas (Mt 9, 13).

Esta exortação à conversão, que é um caminho de toda uma vida, se reafirma nas Constituições, cuja finalidade é ser um meio seguro para a renovação espiritual em Cristo e uma ajuda válida para viver plenamente a consagração (9, 2). Estas, fiéis ao Evangelho e a nossa genuína tradição espiritual, animam aos irmãos a retornar sempre à inspiração inicial de São Francisco, mediante a conversão interior e um estado permanente de mudança (5, 2; 17, 2; 41, 3; 157, 2; 184, 3): “movidos por esse mesmo espírito e reconhecendo o pecado em nós e na sociedade humana, nos empenhemos constantemente na própria conversão e na dos demais, para configurar-nos a Cristo crucificado e ressuscitado” (109, 7). Neste sentido, é preciso dar-se conta de que os distintos dons e carismas dos frades foram outorgados à Igreja e à Ordem em função da renovação essencial para a instauração do Reino de Deus (10, 1; 28, 1).

O desejo por transformar a vida segundo os valores evangélicos, um aspecto fundamental de nosso carisma, se expressa a maneira de signo com o uso do hábito da penitência, que é um chamado à conversão própria e dos demais (35, 3). Assim como para São Francisco, esta animou o seu desejo de abraçar aos leprosos e anunciar a boa nova (50, 2-3), a nós nos guia na opção que fazemos dos apóstolos- incluindo o chamado ao arrependimento aos poderosos e governantes (147, 5). Esta transcendental mudança exige de nós uma contínua familiaridade com a palavra de Deus de maneira que possamos ser transparência evangélica para a Igreja e o mundo (1, 4; 53, 2). Dessa maneira, o trabalho comunitário e a ajuda mútua nos conduzem a dar passos na nossa conversão do coração (81, 4).

Nossa atitude de penitência é reveladora dessa transformação contínua mediante a qual, com a ajuda da graça do Espírito Santo, nos esforçamos por conformar nossas vidas com nosso Senhor Jesus Cristo segundo o exemplo de São Francisco (109- 110). Para este caminho permanente de conversão, as Constituições nos recomendam, entre outras coisas, a oração, o retiro, a escuta da Palavra de Deus, a mortificação corporal e

o jejum da fraternidade (111, 6). Neste sentido, não podemos esquecer os sacramentos da Igreja como meios privilegiados para nossa contínua conversão e renovação (114, 3). Os distintos organismos de nossa Ordem, como o Conselho Plenário, as Conferências Regionais, os Capítulos Gerais e Locais, assim como também as visitas pastorais, são recursos importantes para ajudar-nos na renovação da nossa vida (125, 1; 141, 2; 143, 2; 144, 6; 164, 1). As Constituições também recordam que “a maturidade afetiva e sexual percorre gradualmente o caminho da conversão do amor egoísta e possessivo ao amor oblato, capaz de entregar-se aos demais” (172, 1). Por último, não devemos esquecer que nossa vida de penitência e conversão requer que sejamos cantores alegres e pacíficos da fraternidade universal e cósmica (173, 2).

XIII. A HUMILDADE

São numerosos os ensinamentos nos evangelhos nos quais Jesus repudia a atitude dos orgulhosos e soberbos para enaltecer o proceder dos humildes. Por uma parte, Jesus frequentemente denuncia o comportamento daqueles que buscam fazer as coisas para serem vistos, ser exaltados e enaltecidos (Mt 11, 29), exorta a seus discípulos a não atuarem dessa maneira, senão a buscar os últimos lugares e a viver de forma humilde (Lc 14, 7- 11). Na narração do episódio dos filhos de Zebedeu (Mc 10, 35-45), instrui a seus discípulos a não procurarem os primeiros lugares com a intenção de dominar e oprimir, senão a ter como ele uma atitude de não esperar ser servido, senão servir. Jesus faz questão de lembrá-los de maneira frequente que seus discípulos não devem aspirar títulos nem a receber honras, senão a ser humildes servos (Mt 23, 8-11; Lc 17, 7-10). Para cimentar estes ensinamentos, ele mesmo assume a condição de um escravo do mais baixo “rango” (Jn 13, 2-5; cf. Flp 2, 6- 11) e realiza um gesto dramático com o fim de inculcar nos seus discípulos que a maior aspiração deles deve ser a de servir uns aos outros (Jn 13, 13-15).

Na parábola do fariseu e do publicano (Lc 18, 9- 14), a atitude humilde do pecador que fica a “distância” e nem sequer se atreve a levantar seus olhos enfatiza esta conduta que Jesus quer elogiar. Finalmente, com um estribilho que os evangelhos repetem frequentemente, Jesus tenta introjetar a seus seguidores contra o desejo de domínio e poder, e animá-los a optar por uma vida de serviço humilde: “Porque todo aquele que se exalte será humilhado e aquele que se humilha será exaltado” (Mt 23, 12; Lc 14, 11; cf. Mt 18, 4; Lc 1, 48. 52; Ef 4, 2; 1 Pe 3, 8).

Esta atitude humilde de “minoridade” que não aspira a sobressair nem a ocupar os primeiros postos, senão a servir como os últimos, se reafirma na tradição franciscana com o exemplo de São Francisco (4,1; 14, 2; 68, 1; 175, 4) que viveu profundamente comovido e cativado pelo Cristo pobre e humilde (2,1; 10, 3; 16, 4; 35, 4). Por tal razão, a Ordem não somente qualifica a sua espiritualidade com o adjetivo de “menores”, senão que empapa todas as páginas das Constituições com esta importante característica do seguimento de Cristo: “Na fraternidade e na minoridade reconhecemos os rasgos essenciais do carisma que o Espírito nos concedeu...” (4, 2). Nosso apostolado, assim como também nossa vida de pobreza, itinerância e penitência é animada e se centra no carisma da minoridade (5, 3.5; 64, 3-4), a que exige a renúncia a toda forma de poder e domínio e requer, como nos evangelhos, uma atitude de serviço e humildade (62, 4-5; 123, 5). Este estilo de vida humilde viabiliza a que sejamos dependentes uns dos outros e possamos manifestar nossas mútuas necessidades (24, 7; 72, 1). Até na

forma de vestir, o irmão menor deve refletir, com sinceridade e não falsamente, a condição de ser um humilde servidor (35, 3-5).

A oração dos irmãos deve testemunhar a minoridade de suas vidas pela convicção da fé e proximidade aos pobres (46, 1-3; 54, 2). De igual maneira, o uso dos bens materiais e os meios empregados em suas tarefas devem refletir a condição de menores (71, 6; 75, 1.5). Esta atitude humilde não só deve influenciar no seu desejo de trabalhar (78, 4-5) e nos ministérios pelos quais se opta (84, 2; 154, 3) - frequentemente tarefas simples e difíceis (147, 7) - senão também no seu desejo de fazer do trabalho doméstico uma exigência de seu carisma (83, 1).

XIV. CONCLUSÃO

Ao terminar nosso suscita análise sobre o conteúdo bíblico das Constituições, não parece exagerado afirmar que quando as lemos não nos distanciamos muito do testemunho dos evangelhos. Se não fosse assim, teríamos que reescrevê-las, já que o nosso carisma consiste em viver o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. Este breve comentário bíblico às Constituições não esgota de nenhuma maneira os temas nem os ensinamentos evangélicos que nelas contém. Numerosos temas ficaram fora deste comentário devido ao limite de espaço ou porque são já amplamente tratado nelas (por exemplo, a oração). Aquilo que destacamos foi para que- parafraseando o Quarto Evangelho (Jn 20, 30)- criamos cada dia mais em nosso Senhor Jesus Cristo e nos comprometamos a viver de todo o coração a maravilhosa vocação à que Deus nos chamou na Igreja, segundo o exemplo de São Francisco.